

Governo arma estratégia

Brasil

contra derrotas

REJANE DE OLIVEIRA

Com o objetivo de traçar uma estratégia capaz de evitar a repetição das derrotas parlamentares sofridas pelo Governo na semana passada, o ministro Jarbas Passarinho encomendou ontem um levantamento das 21 medidas provisórias incluídas na pauta do próximo esforço concentrado do Congresso, convocado para o período entre 4 e 15 de dezembro. Há pelo menos duas matérias consideradas prioritárias pelo Governo: a manutenção pelo Senado do veto presidencial ao plano de custeio e benefícios da Previdência e a aprovação da medida provisória sobre política salarial.

Nos dois casos, a possibilidade de um acordo com a oposição é zero. "Se o veto for derrubado, o Governo não terá caixa para pagar os benefícios previdenciários. No caso da política salarial, a equipe econômica afirma que a volta da indexação — como querem os oposicionistas — significaria o fim do plano antiinflacionário", revelou o ministro da Justiça, para quem qualquer tipo de negociação em torno das duas matérias terá que restringir-se aos limites do Congresso, deixando o Executivo livre para exercer seu direito de veto.

A propósito de vetos, o ministro revela que ainda não há uma definição quanto ao projeto de conversão aprovado pelo Congresso para a questão previdenciária. Ele não confirma, contudo, a existência de divisões no Governo em torno do problema, que colocariam o ministro Rogério Magri de

um lado (contra o veto) e a equipe econômica do outro.

JOGO

Convencido de que as derrotas sofridas na semana passada foram "episódicas" e não comprometem definitivamente a posição do Governo no Congresso, Passarinho está investindo na reversão da tendência oposicionista que tomou conta da Câmara.

Ao contrário do que aconteceu no último esforço concentrado, os parlamentares governistas serão convocados a Brasília para o próximo período de votações. "Vamos para o jogo da verdade. Onde houver possibilidade de acordo, ótimo. Onde ela não existir, bateremos chapa para definir a questão", anunciou.

ESTRATÉGIA

De olho no futuro Congresso, o coordenador político do Governo dividiu sua estratégia em duas fases. A primeira vai até o dia 15 de dezembro e visa o fortalecimento da banca da coligada no atual Legislativo, tendo em vista a aprovação dos projetos de interesse do Executivo. A segunda fase, voltada para os parlamentares eleitos no dia 3 de outubro, será desencadeada durante o recesso da Câmara e do Senado e objetiva a conquista de maioria nas duas Casas a partir do próximo ano. O primeiro levantamento neste sentido, realizado pelo senador Marco Maciel (PFL-PE), indica que o Governo contará com 48 senadores, ou seis a mais que a maioria absoluta. Os líderes de Collor na Câmara receberam encomenda semelhante, mas ainda não apresentaram resultados.